

Estatais vão reduzir salário de 80% dos empregados

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Governo pretende reduzir o salário médio de 80 por cento dos funcionários das empresas estatais, ajustando-os à realidade do mercado, segundo informou ontem o Secretário da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest), Nelson Mortada.

Esta redução do salário médio, de acordo com Nelson Mortada, será realmente de maneira indireta, através do "corte de vários benefícios" atualmente concedidos pelas estatais aos seus empregados.

Nelson Mortada disse que o decreto-lei disciplinando o corte dos benefícios sómente ficará pronto na próxima semana. Ele confirmou que a limitação em 13 salários anuais, para a remuneração dos funcionários das empresas estatais, "é uma das medidas em estudo".

DEMISSÃO

O Secretário da Sest justificou as medidas salariais no âmbito das estatais com o argumento de que "elas não fizeram o turn-over (demissão de empregado e contratação de outro por salário menor antes dos reajustes semestrais) e ficaram defasados em relação ao mercado, pois as empresas privadas adotarem o mecanismo".

De acordo com Mortada, "os salários da base da pirâmide nas empresas estatais estão superiores aos salários pagos pelo mercado". Esta "base da pirâmide" seria constituída, segundo o Secretário da Sest, por cerca de 80 por cento de todos os funcionários das estatais, ou seja, aqueles que recebem abaixo de 10 salários mínimos. O total de funcionários das empresas cadastradas da Sest é de 1.350 mil. A redução atingiria cerca de 1 milhão de empregados, ou seja 80 por cento.

A idéia central do Governo é forçar as estatais a voltarem para a realidade do mercado, através do corte em vários benefícios que são concedidos atualmente aos seus funcionários. Esta solução, ainda segundo Nelson Mortada, será adotada justamente para "evitar que as estatais realizem demissões para reduzir seus custos".

JURÍDICO

O secretário da Sest admitiu que "existem aspectos jurídicos" que tornam a questão do corte de benefícios um pouco mais complexa. Ele informou que "os juristas consultados pelo Governo garantem que não existe consenso na justiça do trabalho sobre a incorporação dos benefícios aos salários, decorridos dois anos".

— Os juristas disseram que os benefícios concedidos aos funcionários decorrem da liberalidade das empresas e, como tal, podem ser retirados do mesmo jeito que são concedidos. Eles não são direitos adquiridos, mas uma expectativa de direito, argumentou o Secretário da Sest."

Nelson Mortada disse que ainda não calculou o valor do corte dos benefícios no orçamento das estatais. Negou, no entanto, que a quantia seja de Cr\$ 1,5 trilhão, como vem sendo noticiado.